

**Internacionalização e o ODS 17:
um olhar sobre o PDI 2020-2024 do Instituto Federal da Paraíba**

*Internationalization and SDG 17:
A look at the PDI 2020-2024 of the Federal Institute of Paraíba*

*Internacionalización y ODS 17:
Un análisis del PDI 2020-2024 del Instituto Federal de Paraíba*

Midore Yasmin Santos Hipólito¹
Universidade Federal da Paraíba

José Jassuie da Silva Morais²
Universidade Federal da Paraíba

Hirla Carla Lima Amorim³
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este estudo analisa como as estratégias de internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (PDI 2020-2024), alinham-se aos princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17). A pesquisa, fundamentada nos conceitos de internacionalização da educação superior e na Agenda 2030, adota abordagem qualitativa, caráter descritivo e procedimento técnico documental, com base na análise de documentos institucionais eletrônicos do IFPB. Os resultados evidenciam a existência de ações estruturadas de internacionalização, especialmente no âmbito das parcerias e da cooperação internacional, em consonância com o ODS 17. Contudo, identificam-se limitações na implementação de iniciativas da Agenda 2030 voltadas ao desenvolvimento sustentável. O estudo conclui que é necessário maior alinhamento das práticas de internacionalização do IFPB, previstas no PDI 2020-2024, aos princípios do ODS 17, de modo a promover sua integração nas diferentes dimensões institucionais.

Palavras-chave: Internacionalização; Cooperação internacional; Desenvolvimento sustentável; Objetivo de desenvolvimento sustentável.

Abstract: This study analyzes how the internationalization strategies of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB), as outlined in its 2020–2024 Institutional Development Plan (IDP 2020–2024), align with the principles of Sustainable Development Goal 17 (SDG 17). Grounded in the concepts of higher education internationalization and the 2030 Agenda, the research adopts a qualitative

¹ Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, (PB) Brasil. E-mail: midoreyasmin@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9523075574100073>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1199-5182>.

² Pós-Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra, UC. Professor do Programa de Políticas Públicas, Gestão e Avaliação Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, (PB) Brasil. E-mail: jassuie@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2672484041042437>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6523-142X>.

³ Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, (PB) Brasil. E-mail: hirla.amorim@ifpb.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1908061270746098>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4227-045X>.

approach, with a descriptive nature and a documentary research procedure, based on the analysis of IFPB's institutional electronic documents. The results reveal the existence of structured internationalization actions, particularly in the areas of partnerships and international cooperation, in line with SDG 17. However, limitations are identified regarding the incorporation of 2030 Agenda initiatives aimed at sustainable development. The study concludes that greater alignment is needed between the internationalization practices of IFPB, as outlined in the 2020–2024 IDP, and the principles of SDG 17, in order to promote the integration of these principles across the institution's different dimensions.

Keywords: Internationalization; International cooperation; Sustainable development; Sustainable development; Sustainable development goal.

Resumen: En este trabajo se analiza cómo las estrategias de internacionalización del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Paraíba (IFPB), previstas en el Plan de Desarrollo Institucional 2020-2024 (PDI 2020-2024), se alinean con los principios del Objetivo de Desarrollo Sostenible 17 (ODS 17). La investigación, fundamentada en los conceptos de internacionalización de la educación superior y en la Agenda 2030, adopta un enfoque cualitativo, tiene carácter descriptivo y emplea un procedimiento técnico documental a partir del análisis de documentos institucionales electrónicos del IFPB. Los resultados evidencian la presencia de acciones estructuradas de internacionalización, especialmente en el ámbito de las alianzas y de la cooperación internacional, en consonancia con el ODS 17. Sin embargo, se identifican limitaciones en la implementación de iniciativas de la Agenda 2030 orientadas al desarrollo sostenible. Se concluye que es necesario una mayor alineación de las prácticas de internacionalización del IFPB, previstas en el PDI 2020-2024, con los principios del ODS 17, a fin de promover la integración de dichos principios en las diferentes dimensiones institucionales.

Palabras clave: Internacionalización; Cooperación internacional; Desarrollo sostenible; Objetivo de desarrollo sostenible.

Recebido em: 17 de fevereiro de 2025

Aceito em: 21 de maio de 2026

Introdução

Desde o surgimento das primeiras universidades medievais, a exemplo da Universidade de Bolonha e da Universidade de Paris, já se observava uma dimensão internacional no ensino superior, expressa pela circulação de estudantes, docentes e saberes para além das fronteiras nacionais (Wielewicki; Oliveira, 2010). Com o avanço do processo de globalização ao longo do século XX e as profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais dele decorrentes, as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a incorporar a internacionalização como estratégia para responder às demandas de um contexto mundial cada vez mais interconectado (Knight, 2004).

Na contemporaneidade, a internacionalização transcende a condição de diretriz estratégica e passa a ser compreendida como uma das missões das IES, configurando-se como instrumento capaz de enfrentar desafios da educação superior e de fortalecer a cooperação entre países do Sul Global no cenário internacional (Morosini; Nez; Woicolesco, 2020). Nessa perspectiva, contribui para o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão ao favorecer a circulação de conhecimentos, o compartilhamento de experiências e a constituição de redes colaborativas de alcance internacional (Franklin; Zuin; Emmendoerfer, 2018).

A internacionalização, sob essa ótica, contribui para a constituição de um ambiente acadêmico mais dinâmico, colaborativo e interconectado, possibilitando às instituições o acesso a diferentes perspectivas, metodologias e inovações. Ademais, por meio da colaboração entre instituições e pesquisadores de diferentes países, ampliam-se o impacto da produção científica e a capacidade das IES de desenvolver soluções para desafios contemporâneos, consolidando a relevância da internacionalização como estratégia para o avanço da educação superior.

Observa-se uma relação crescente entre a internacionalização e temas prioritários, como o desenvolvimento sustentável, especialmente após a adoção da Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015. Esse marco global, estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, reforçou a necessidade de as instituições de educação superior contribuírem para a construção de sociedades mais equitativas, inclusivas e ambientalmente responsáveis (Nações Unidas, 2015). Esse conjunto de objetivos e metas fornece diretrizes para a formulação de políticas públicas e para a mobilização de recursos, envolvendo governos, setor privado, sociedade civil e instituições acadêmicas.

Dentre os 17 ODS, destaca-se o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação –, ao ressaltar a relevância da colaboração entre diferentes atores, incluindo as IES, para viabilizar o desenvolvimento sustentável. No âmbito da educação, ao promover iniciativas colaborativas, busca-se articular estratégias e recursos que integrem ensino, pesquisa e extensão em uma lógica de cooperação internacional. Consequentemente, o ODS 17 apresenta uma relação direta com a internacionalização, ao estimular parcerias e a troca de experiências entre países e instituições, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos pela Agenda 2030.

Considerando esse cenário, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) afirmou seu compromisso com a Agenda 2030 ao formalizar sua adesão por meio da assinatura de um termo de compromisso, demonstrando sua intenção de contribuir ativamente para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas atividades institucionais. Esse compromisso está refletido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (PDI 2020-2024), que incorpora a Agenda 2030 e os ODS como parte de seus objetivos estratégicos, reforçando a inserção da sustentabilidade no planejamento e na gestão institucional.

Estabelecida como um dos macroprocessos institucionais previstos no PDI 2020-2024, a internacionalização desempenha um papel estratégico na promoção dos ODS, especialmente do ODS 17, ao fortalecer parcerias globais, incentivar a mobilidade acadêmica e ampliar a cooperação internacional. No entanto, ainda há uma lacuna na compreensão de como essas estratégias têm sido efetivamente implementadas e em que medida contribuem para a consolidação do compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o alinhamento das estratégias de internacionalização do IFPB, estabelecidas no PDI 2020-2024, aos princípios do ODS 17, que destaca a relevância das parcerias e da cooperação internacional como elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

A relevância deste estudo decorre da atuação do IFPB no estado da Paraíba, onde a instituição desempenha papel fundamental no desenvolvimento regional e se destaca nas áreas de tecnologia e inovação. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e com procedimento técnico documental. Nesse contexto, busca-se compreender como a internacionalização institucional se articula com a Agenda 2030, especificamente com o ODS 17, a partir da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 do IFPB.

O documento foi selecionado por constituir o primeiro instrumento estratégico da instituição a incorporar explicitamente a Agenda 2030 em seus macroprocessos. A coleta de dados foi realizada em todo o documento por meio da busca das palavras-chave “internacional”, “sustentável”, “sustentabilidade” e “Agenda”, sendo selecionados os trechos relacionados às estratégias de internacionalização e à Agenda 2030.

A análise baseou-se no método da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), utilizando categorias mistas construídas a partir da literatura e ajustadas mediante a leitura do material. Foram definidas duas categorias analíticas: Ações de Internacionalização (C1), abrangendo mobilidade acadêmica, internacionalização do currículo, idiomas, projetos colaborativos, extensão internacional e acordos; e Aspectos do ODS 17 (C2), contemplando financiamento, transferência de conhecimento e tecnologia, cooperação técnica, parcerias e acordos.

Na fase da pré-análise, realizou-se a leitura flutuante do documento e a definição do plano de codificação. Na exploração do material, os trechos selecionados foram extraídos para uma planilha no Microsoft Excel, contendo, para cada unidade de análise, o código específico (por exemplo, mobilidade, parcerias ou financiamento), a categoria correspondente (C1, C2 ou ambas), o trecho original e a página do documento, a fim de garantir maior transparência na análise dos dados.

Na etapa de tratamento e inferência, em função do caráter transversal e interligado dos temas investigados, optou-se pela análise integrada das categorias C1 e C2. Cada unidade de análise foi associada aos respectivos códigos e categorias analíticas (C1, C2 ou ambas),

permitindo identificar ocorrências individuais e pontos de convergência entre internacionalização e ODS 17. A articulação entre os códigos possibilitou examinar em que medida as estratégias de internacionalização se alinhavam aos princípios do desenvolvimento sustentável, evidenciando tendências e lacunas no processo de integração dessas agendas.

No âmbito mais amplo desta investigação, cabe destacar que este artigo integra uma dissertação de mestrado que analisa a internacionalização da educação superior, com enfoque em sua articulação com os princípios da Agenda 2030 e do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17.

Internacionalização da Educação Superior

O cenário internacional contemporâneo tem favorecido a troca de conhecimento e vivências acadêmicas entre universidades, influenciando a educação e contribuindo para o desenvolvimento dessas instituições. Nesse cenário, a internacionalização tem sido compreendida como um processo essencial para que as IES respondam aos desafios da sociedade globalizada. No entanto, seu propósito não consiste em ser um fim em si mesma, mas atuar como um meio para alcançar objetivos mais amplos, como a melhoria da educação, o fortalecimento da pesquisa e a ampliação da cooperação acadêmica (Carvalho; Araújo, 2020).

Para compreender o conceito de internacionalização, é fundamental distingui-lo do conceito de globalização. Segundo Knight (2020, p. 23), ambos constituem processos inter-relacionados, porém distintos. A globalização refere-se a um conjunto de forças de alcance mundial que impactam as sociedades contemporâneas de forma ampla e estrutural, enquanto a internacionalização diz respeito a respostas intencionais e estratégicas das instituições e sistemas educacionais a esse contexto global, por meio da integração de dimensões internacionais e interculturais em suas funções.

A internacionalização é compreendida como um “processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (Knight, 2004, p. 11), sendo essa uma das definições mais amplamente adotadas na literatura. Essa definição enfatiza a incorporação estratégica dessas dimensões nas atividades acadêmicas, administrativas e institucionais, refletindo a necessidade de adaptação das instituições ao cenário global contemporâneo.

A internacionalização abrangente é um conceito proposto por Hudzik (2011), o qual corrobora as definições de outros autores ao destacar que esse processo envolve um compromisso institucional contínuo de incorporar dimensões internacionais e comparativas

em todo o universo acadêmico. O autor ressalta que a internacionalização deve ser compreendida como um compromisso coletivo, não se limitando a um setor específico, mas estando integrada de forma ampla em toda a instituição.

A internacionalização do ensino superior, antes restrita à mobilidade acadêmica, passou por transformações ao longo do tempo, incorporando novas modalidades. Nesse contexto, emerge o conceito de Internacionalização em Casa, em decorrência da necessidade de ampliar o acesso à educação internacional, considerando que apenas uma parcela dos estudantes tem acesso a intercâmbios e experiências no exterior (Knight, 2020).

Por se tratar de um processo, a internacionalização exige planejamento estratégico bem estruturado, no qual as razões que a fundamentam orientam os resultados esperados. Sem uma justificativa clara e objetivos bem definidos, as iniciativas podem ter seus resultados comprometidos, tornando-se apenas respostas reativas a oportunidades pontuais, sem um direcionamento estratégico consistente (Knight, 2020).

O avanço do processo de internacionalização tem sido impulsionado por três fatores principais: a expansão do acesso ao ensino superior, a globalização da economia e da sociedade e a crescente demanda por competências que facilitem a interação entre países. Cabe ressaltar que o processo de integração europeia reforça essa dinâmica, ao exigir maior cooperação e alinhamento entre as instituições de ensino (Santos; Almeida Filho, 2012).

Dessa forma, a cooperação internacional é amplamente reconhecida como um elemento estratégico para o fortalecimento das universidades. Conforme destacam Santos e Almeida Filho (2012), ela amplia as possibilidades de qualificação acadêmica e institucional, favorecendo a inserção das instituições em redes globais de conhecimento. Esses mecanismos contribuem para a produção de conhecimento, a inovação e o fortalecimento da internacionalização institucional.

As universidades desempenham papel central na promoção do desenvolvimento e na aproximação entre diferentes povos e nações, independentemente de vínculos econômicos. Além de fomentar a cooperação internacional e difundir conhecimento, as instituições de ensino superior contribuem para a formação de parcerias voltadas ao fortalecimento de uma cultura de paz e à promoção do desenvolvimento sustentável em âmbito global (Stallivieri, 2004).

Aplicada à educação superior, a internacionalização oferece múltiplos benefícios, entre eles a formação de profissionais preparados para o cenário global e o desenvolvimento de uma consciência cidadã voltada aos desafios internacionais. Esse processo também contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico, social e cultural, além de fortalecer o reconhecimento institucional e ampliar o potencial de pesquisa das instituições.

Considerando os benefícios da internacionalização destacados por Hudzik (2011), é possível observar como esse processo se manifesta em realidades institucionais específicas. No IFPB, a internacionalização é compreendida como uma estratégia de gestão estruturada em etapas a serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazo. Dessa forma, a instituição reafirma seu compromisso com a dimensão internacional, tratando-a como um processo estruturado, planejado e contínuo.

No Instituto, a internacionalização é coordenada pela Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER), responsável por implementar e monitorar as ações previstas na Resolução-CS n.º 40, de 07 de agosto de 2019, que estabelece sua Política de Internacionalização. A referida política define diretrizes voltadas à ampliação da inserção do IFPB no cenário internacional, promovendo a cooperação acadêmica e científica.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o papel da IES

O aumento da complexidade dos desafios ambientais tem evidenciado a necessidade de novas abordagens para conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Esses desafios passaram a demandar políticas nacionais coordenadas, voltadas à prevenção da poluição e à promoção da sustentabilidade, por meio do uso de tecnologias limpas, do planejamento industrial e da realização de estudos de impacto ambiental (Barbieri, 2020).

O crescimento econômico do pós-guerra agravou os problemas ambientais, culminando na realização da Conferência da ONU em Estocolmo (1972), que impulsionou o debate internacional sobre desenvolvimento e meio ambiente e, posteriormente, contribuiu para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável (Barbieri, 2020).

Anos após a Conferência de Estocolmo, a ONU avaliou seus resultados e constatou que as ações empreendidas foram insuficientes diante dos desafios ambientais então existentes. Em decorrência disso, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), liderada por Gro Harlem Brundtland, cujo trabalho resultou no relatório *Our Common Future* (1987). A comissão propôs uma agenda global voltada à integração entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico, consolidando o conceito de desenvolvimento sustentável (Nascimento, 2012).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido por Brundtland (ONU, 1987, p. 41) como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. Essa definição implica a adoção de práticas que promovam o uso responsável dos recursos, assegurando que o progresso econômico e social não ocorra em detrimento do meio ambiente. O foco recai sobre a integração

das dimensões econômica, social e ambiental, de modo a promover um desenvolvimento contínuo e equitativo, tanto para as gerações presentes quanto para as futuras.

Após a Conferência de Estocolmo (1972), diversas iniciativas e encontros internacionais foram realizados com o objetivo de aprofundar o debate sobre o desenvolvimento sustentável. Entre eles, destaca-se a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, que resultou na Agenda 21, e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em 2002. Esses eventos culminaram na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012.

As lideranças reunidas na Rio+20 reconheceram a importância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e concordaram com o estabelecimento de novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, universais, claros e voltados à implementação. Esses objetivos foram definidos nos dois anos seguintes, com ênfase em áreas prioritárias para facilitar o monitoramento do progresso (Nações Unidas, 2015).

Em setembro de 2015, lideranças internacionais se reuniram na Cúpula Especial das Nações Unidas, em Nova York, para aprovar um plano global com o objetivo de eliminar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a paz e a prosperidade para todos. Esse plano, intitulado *Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas (Nações Unidas, 2015).

Os ODS abrangem temas essenciais para o desenvolvimento sustentável, refletindo desafios enfrentados ao redor do mundo que exigem ações integradas. A Figura 1, a seguir, apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: GT Agenda 2030 (2025).

Baseada em um chamado à colaboração universal, a Agenda 2030 destaca a necessidade de integrar de forma equilibrada as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Embora seu conteúdo seja global, sua implementação pode ser adaptada às necessidades e particularidades de cada país, permitindo que as nações atuem de acordo com suas prioridades e recursos disponíveis (Nações Unidas, 2015).

Entre os objetivos apresentados, destaca-se o ODS 17, que busca fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Esse objetivo contempla metas relacionadas a temas como finanças, ciência, tecnologia e desenvolvimento de capacidades.

Ele se diferencia dos demais ODS por sua natureza transversal, uma vez que, enquanto os demais tratam de áreas específicas — como saúde, educação, igualdade de gênero e meio ambiente —, o ODS 17 atua como um eixo de suporte articulador entre eles. Sua operacionalização ocorre por meio da cooperação internacional, estabelecendo parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil, com o objetivo de mobilizar e compartilhar conhecimentos, inovações e recursos financeiros (Silva, 2018).

As metas da Agenda 2030 priorizam o apoio aos países em desenvolvimento, a fim de garantir que recebam recursos financeiros, suporte técnico e colaborações internacionais adequadas. O objetivo é auxiliá-los na superação de desafios estruturais, sendo as parcerias fundamentais para o cumprimento dos ODS.

De acordo com Barbieri (2020), o desenvolvimento sustentável não constitui responsabilidade exclusiva dos governos, embora sua atuação e comprometimento sejam essenciais para a implementação e o alcance das metas estabelecidas. A Agenda 2030, nesse sentido, reconhece a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para atingir os ODS, enfatizando a contribuição de governos, setor privado, academia e sociedade civil (Serafini; Moura; Rezende, 2021).

No contexto acadêmico, as instituições de ensino superior têm enfrentado o desafio de consolidar seu compromisso com a sustentabilidade. Para além da difusão do conhecimento, torna-se imprescindível a incorporação de práticas sustentáveis na gestão institucional. Da mesma forma, é fundamental que essas práticas estejam presentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, permitindo que as instituições desempenhem um papel exemplar em termos de responsabilidade ambiental e social (Serafini; Moura; Rezende, 2021).

As IES desempenham um papel estratégico na identificação de talentos, na promoção da criatividade e no fortalecimento dos sistemas de inovação em níveis regional e nacional. Sua

relevância estende-se à esfera global, na medida em que contribuem para a compreensão dos desafios e oportunidades relacionados aos ODS. Do mesmo modo, participam da formulação de soluções, da revisão de políticas e do monitoramento de resultados (SDSN, 2018).

É importante ressaltar que diversos ODS apresentam conexões diretas e indiretas com inovações tecnológicas. No entanto, as estratégias voltadas ao cumprimento desses objetivos não devem se limitar a procedimentos formais e burocráticos, sendo fundamental que se convertam em ações concretas capazes de promover melhorias efetivas na qualidade de vida das pessoas (Tartaruga; Sperotto; Griebeler, 2019).

Conforme Serafini, Moura e Rezende (2021), as IES devem direcionar seus esforços ao desenvolvimento de pesquisas e projetos de caráter aplicado, alinhados aos ODS. A partir dessa premissa, torna-se imprescindível que tais pesquisas estejam orientadas para a prática, com o propósito de elaborar estratégias, metodologias e soluções eficazes que contribuam de maneira significativa tanto para o meio acadêmico quanto para a sociedade em geral. Quanto à implementação no âmbito das IES, destaca-se o papel do ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação –, que assume função estratégica no fortalecimento da colaboração entre diferentes atores para a promoção do desenvolvimento sustentável. No contexto acadêmico, o ODS 17 está diretamente relacionado à internacionalização e à cooperação internacional, uma vez que incentiva o estabelecimento de redes de colaboração acadêmica, científica e tecnológica entre instituições de diferentes países.

Tornar as instituições e os sistemas de educação superior mais eficazes na promoção do direito à educação de qualidade e na construção de sociedades sustentáveis pode ser alcançado por meio da cooperação internacional. Para isso, é essencial fortalecer parcerias, criar redes de colaboração e desenvolver capacidades institucionais que sustentem resultados duradouros. As IES devem integrar a cooperação internacional de forma transversal em suas atividades, revisando objetivos institucionais, promovendo o engajamento entre diferentes atores e aprimorando programas de ensino, pesquisa e responsabilidade social (UNESCO, 2022).

A universidade pública estabelece cooperação com instituições nacionais e internacionais, incluindo universidades, organizações não governamentais (ONGs) e o setor empresarial, visando ao compartilhamento de recursos como informações, mobilidade acadêmica, tecnologias e financiamento. Essa estratégia fortalece parcerias e amplia o impacto das universidades no desenvolvimento social e econômico.

Para o alcance dos ODS, é essencial que a alta liderança universitária esteja plenamente comprometida com essa agenda. Esse compromisso deve ser formalizado e incorporado aos principais documentos estratégicos e de planejamento institucional, como o Plano de

Desenvolvimento Institucional (SDSN, 2020). Dessa forma, a Agenda 2030 deve ser integrada como elemento central na missão, nas políticas institucionais e nas atividades das universidades, de modo a orientar suas ações e estratégias (Serafini; Moura; Nobre, 2021).

No cotidiano das universidades públicas brasileiras, os Planos de Desenvolvimento Institucional, enquanto instrumentos centrais de planejamento, assumem o desafio de incorporar os ODS às práticas institucionais. Esse processo visa integrar a sustentabilidade às rotinas acadêmicas e administrativas, promovendo uma gestão mais alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável (Serafim; Leite, 2021).

O estabelecimento de uma política de sustentabilidade ou de um planejamento estratégico é fundamental, mas, por si só, não garante a efetivação de práticas sustentáveis. O sucesso desse processo depende do engajamento e do compromisso coletivo no interior da instituição. Não obstante, a implementação dos ODS não deve ser tratada como um mero requisito formal, mas como um instrumento de fortalecimento de valores, práticas e da cultura institucional, assegurando que a sustentabilidade seja integrada de forma orgânica e duradoura às ações e à gestão acadêmica (Christ; Piffer, 2022).

Análise e Discussão dos Resultados

O PDI do IFPB desenvolvido para o período de 2020 a 2024 apresenta estratégias, metas e ações que orientam as atividades acadêmicas e administrativas da instituição. O documento, elaborado em conformidade com o Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e embasado no Balanced Scorecard (BSC), dá continuidade às iniciativas do PDI anterior, incluindo uma análise do estágio de desenvolvimento alcançado.

No que se refere à perspectiva da sustentabilidade, a missão do IFPB, conforme descrito no PDI 2020–2024, reflete seu compromisso ao destacar a importância da educação, da pesquisa e da extensão na formação de cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável. Entre as metas estratégicas estabelecidas, destaca-se a integração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 aos diversos macroprocessos institucionais, orientando o desenvolvimento de iniciativas alinhadas aos princípios dessa agenda.

Ao iniciar a análise da Categoria (C1): Ações de Internacionalização, observa-se que, diferentemente do PDI anterior, essa dimensão passou a contar com um capítulo específico, denominado “MACRO-A12-INTER”, evidenciando a valorização e o destaque atribuídos à internacionalização no planejamento institucional. Tal inclusão ressalta a relevância dessa estratégia para o IFPB, ao reconhecê-la como um processo planejado e contínuo.

A Assessoria de Relações Internacionais, subordinada ao Gabinete do Reitor, assume posição de relevância na condução e coordenação dessas ações, articulando-se com discentes, docentes e servidores técnico-administrativos.

No decorrer da análise, verifica-se uma mudança de perspectiva em relação a períodos anteriores. O PDI atual, contudo, demonstra um interesse mais amplo, contemplando aspectos como parcerias estratégicas, ensino e pesquisa em colaboração internacional e ações de internacionalização em casa. Esse movimento reflete as transformações ocorridas no cenário nacional e internacional no que se refere ao conceito de internacionalização, ampliando seu escopo para além da mobilidade de estudantes e docentes e abrangendo outras dimensões acadêmicas e institucionais.

Partindo para a análise das ações específicas, percebe-se que a estratégia de internacionalização do IFPB se apoia em diferentes linhas de ação. Uma delas é a mobilidade acadêmica, que abrange discentes, docentes e servidores. Entre os anos de 2014 e 2019, 95 estudantes e 163 servidores participaram de intercâmbios, evidenciando a expansão e a consolidação dessa prática.

Além da mobilidade acadêmica tradicional, há menção à mobilidade virtual, considerada uma oportunidade de ampliar os benefícios e o alcance da internacionalização para um público mais abrangente, especialmente para aqueles que não podem realizar deslocamentos por razões pessoais, financeiras ou institucionais. As atividades virtuais e as disciplinas ministradas em língua estrangeira possibilitam o contato com diferentes culturas e metodologias de ensino, contribuindo para a formação de um perfil acadêmico internacional.

Outro aspecto observado no PDI é a “internacionalização em casa”, proposta que busca incorporar práticas internacionais aos currículos por meio dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). A iniciativa inclui a oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira e a flexibilização curricular, fortalecendo a dimensão internacional dos processos formativos. Essa abordagem também se reflete em ações de extensão desenvolvidas na modalidade de educação a distância, ampliando a participação de professores, técnicos e estudantes.

No que diz respeito à avaliação e ao monitoramento, o PDI menciona indicadores relacionados a intercâmbios e parcerias firmadas, ao monitoramento da produção científica e ao acompanhamento do desempenho da ARINTER. No que se refere aos ODS, não foram identificados indicadores específicos para as ações de internacionalização. Ainda que a definição e o acompanhamento desses indicadores possam estar sob a responsabilidade das unidades gestoras envolvidas, a documentação analisada não permite confirmar essa atribuição de forma conclusiva.

Seguindo na análise da categoria (C2): Aspectos do ODS 17 , outro ponto de intersecção refere-se à diversificação das fontes de financiamento. No âmbito interno, há indicação de um investimento mínimo de 0,5% do orçamento, destinado especificamente ao custeio de ações e programas que incentivem a participação de professores, técnicos e estudantes em experiências internacionais. No entanto, o PDI também prevê a captação de recursos extraorçamentários por meio de parcerias com a iniciativa privada e agências de cooperação internacional.

Observa-se que a instituição tem buscado reduzir a dependência de programas centralizados pelo Governo Federal, o que aponta para uma postura mais autônoma na captação de recursos e na formulação de editais e chamadas públicas próprias.

No campo da formação de pessoal, destacam-se ações de capacitação, especialmente em línguas estrangeiras. Contudo, cabe destacar que o PDI não estabelece metas ou ações específicas voltadas à capacitação em temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Considerando que o domínio de um idioma estrangeiro é determinante para a interação acadêmica em contexto internacional, a formação linguística assume caráter prioritário.

Tendo em vista que o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) constitui um eixo relevante na orientação da cooperação global para o desenvolvimento sustentável, observa-se que, embora o PDI não faça referência direta a esse objetivo, diversas iniciativas apresentadas se alinham ao seu conteúdo. As principais estratégias concentram-se, sobretudo, no fortalecimento de parcerias estratégicas e no compartilhamento de conhecimentos e tecnologias.

No documento, destacam-se parcerias com universidades de países como Finlândia, Estados Unidos e Portugal, além de acordos com instituições do Canadá e da Colômbia. Verifica-se, entretanto, um número limitado de acordos com países em desenvolvimento, o que pode indicar uma lacuna no fortalecimento da estratégia de cooperação Sul-Sul, considerando que o ODS 17 estabelece como meta o reforço da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, em níveis regional e internacional.

No que se refere às parcerias e aos acordos internacionais, o IFPB também reconhece desafios relacionados à celebração e à gestão de convênios e memorandos de entendimento (MoU) com organizações estrangeiras. Entre as principais dificuldades, destacam-se a burocracia envolvida nos processos de assinatura e renovação dos acordos, as diferenças entre os marcos legais dos países envolvidos e as barreiras linguísticas, que podem dificultar a interpretação e a negociação de cláusulas contratuais.

No âmbito da cooperação internacional, a mobilidade estudantil e a internacionalização da produção científica configuram estratégias que integram essas propostas, uma vez que fomentam a troca de experiências, a inovação e o aprimoramento de soluções para problemas comuns. Estímulos à participação de estudantes de iniciação científica em projetos internacionais, bem como o incentivo à cotutela, à dupla diplomação e a estágios no exterior, estão entre as ações destacadas no documento. Esse movimento confere ao IFPB maior abertura para absorver colaborações estrangeiras e, simultaneamente, inserir seus integrantes em redes internacionais, fortalecendo o intercâmbio de ideias, metodologias de pesquisa e tecnologias.

Quanto às pesquisas conjuntas, o PDI 2020–2024 registra a existência de 164 grupos de pesquisa que mantêm algum grau de interação com parceiros estrangeiros, ainda que parte desses vínculos apresente caráter menos formal. Essa constatação evidencia a oportunidade de fortalecimento da cooperação, por meio da ampliação da formalização de acordos, da garantia de financiamento e apoio institucional, bem como da maior disseminação dos resultados.

Em relação à transferência e ao compartilhamento de conhecimento e tecnologia, o PDI 2020–2024 prevê iniciativas centradas em temas considerados prioritários, como mudanças climáticas, recursos hídricos, educação, saúde e sustentabilidade. Essas linhas de ação, quando alinhadas de forma explícita aos ODS, tendem a posicionar o IFPB no cenário internacional como parceiro relevante em programas de cooperação que demandam esforço conjunto entre diferentes países.

Ainda que as referências ao ODS 17 não sejam diretas, a adoção de abordagens colaborativas e a promoção de atividades em rede aproximam-se do conceito de parcerias para o desenvolvimento sustentável. Os eventos, workshops e palestras promovidos pela ARINTER também são apontados como instrumentos de fortalecimento da internacionalização. Embora o PDI reconheça a relevância da pesquisa para atender demandas sociais e promover valores como ética e cidadania, ainda há espaço para aprofundar a articulação entre esses aspectos e o desenvolvimento sustentável em âmbito internacional.

A fim de sistematizar os achados da pesquisa, o Quadro 1 apresenta uma síntese das ações de internacionalização identificadas no PDI, bem como das dimensões do ODS 17, além das potencialidades e lacunas observadas.

Quadro 1 – Relação entre ações de internacionalização, dimensões do ODS 17

AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	DIMENSÕES DO ODS 17	POTENCIALIDADES	LACUNAS
Institucionalização da Internacionalização	Fortalecimento de parcerias institucionais e governança para cooperação.	Internacionalização no planejamento institucional, na estrutura organizacional e nos instrumentos normativos.	Ausência de articulação explícita entre a política de internacionalização e as metas do ODS 17.
Mobilidade Acadêmica	Intercâmbio de conhecimento e fortalecimento de capacidades institucionais.	Crescimento e consolidação da prática; inclusão da mobilidade virtual para expandir o alcance.	Baixa vinculação das ações de mobilidade aos objetivos de desenvolvimento sustentável.
Internacionalização em casa	Compartilhamento de conhecimento.	Democratização das oportunidades de internacionalização.	
Cooperação acadêmico-científica	Desenvolvimento de parcerias.	Fortalecimento de parcerias e acordos internacionais.	Número limitado de acordos com países em desenvolvimento; ausência de estratégia de cooperação Sul-Sul.
Ensino de idiomas e formação linguística	Ações de Capacitação.	Prioridade na formação linguística para a interação acadêmica; disciplinas em língua estrangeira.	Ausência de metas específicas para capacitação em desenvolvimento sustentável e Agenda 2030.
Captação de recursos	Finanças; Fortalecimento de meios de implementação.	Indicação de investimento mínimo de 0,5% do orçamento; parcerias com iniciativa privada e agências internacionais.	Falta de mecanismos de monitoramento e avaliação das contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise do PDI 2020–2024 sugere que a internacionalização encontra-se institucionalizada no âmbito do planejamento e da estrutura organizacional do IFPB. Elementos presentes no documento evidenciam a construção de bases formais para a coordenação e o desenvolvimento das ações internacionais, indicando a consolidação da internacionalização em sua dimensão institucional e sua inserção nos instrumentos de planejamento, gestão e governança.

Apesar dos avanços observados no processo de institucionalização da internacionalização, a integração da Agenda 2030 ao planejamento institucional ainda se apresenta de forma incipiente. Embora os ODS estejam presentes no PDI, sua incorporação

ocorre predominantemente em nível discursivo, com baixa transversalidade e limitada articulação com as demais diretrizes institucionais.

A ausência de mecanismos de monitoramento e de indicadores específicos relacionados ao ODS 17 evidencia que a integração da Agenda 2030 aos processos de gestão institucional ainda ocorre de maneira restrita. Na ausência desses parâmetros, não é possível avaliar de forma consistente a contribuição da internacionalização para o desenvolvimento sustentável.

Embora o ODS 17 enfatize a importância da cooperação entre países em desenvolvimento (Sul-Sul), as estratégias previstas permanecem predominantemente associadas a modelos tradicionais de cooperação com instituições do Norte Global.

As lacunas observadas na incorporação da Agenda 2030 ao PDI impactam a capacidade das instituições de traduzir diretrizes estratégicas em políticas e ações efetivas no âmbito do ensino superior público. Esse cenário dificulta a integração entre diferentes áreas institucionais, resultando em iniciativas fragmentadas e reduzindo a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Conclusões

Esta pesquisa dedicou-se à análise do PDI 2020–2024 do IFPB, com o propósito de examinar de que maneira as diretrizes e práticas de internacionalização estão sendo integradas ao ODS 17 da Agenda 2030/ONU. A investigação foi conduzida por meio do levantamento das ações de internacionalização e, posteriormente, da identificação daquelas alinhadas aos princípios do ODS 17.

Os resultados indicam que o IFPB possui um PDI bem estruturado, com avanços significativos na incorporação da internacionalização como componente estratégico. O documento evidencia, de modo geral, o compromisso institucional com questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente por meio da inclusão de aspectos de sustentabilidade em sua missão, visão e valores.

Um dos objetivos estratégicos do PDI consiste na integração das ações institucionais, em seus diferentes macroprocessos, aos princípios do ODS 17 da Agenda 2030. Durante sua vigência, observou-se a priorização de iniciativas voltadas ao alcance desses objetivos. No entanto, a integração entre internacionalização e Agenda 2030, especificamente no que se refere ao ODS 17, ainda se apresenta de forma limitada, indicando a necessidade de avanços para uma articulação mais consistente entre essas dimensões.

Entre os principais aspectos positivos identificados, destaca-se a presença de metas e ações voltadas à cooperação acadêmica, científica e tecnológica, bem como à ampliação de

parcerias internacionais. O incentivo à formação global da comunidade acadêmica pode ser observado por meio de programas de intercâmbio, oferta de cursos em línguas estrangeiras e iniciativas de capacitação intercultural. A autonomia na gestão de acordos e a captação de recursos extraorçamentários reforçam esse processo, contribuindo para a sustentabilidade de longo prazo das ações de internacionalização.

O IFPB tem se mostrado comprometido em ampliar sua inserção e atuação no cenário internacional. A expansão dos intercâmbios, a diversificação de parcerias e a inclusão de disciplinas em língua estrangeira contribuem para o aprimoramento da formação acadêmica, o estímulo à pesquisa e o desenvolvimento de soluções conjuntas para desafios contemporâneos. Essas iniciativas, aliadas à busca por fontes alternativas de financiamento e ao incentivo à produção científica colaborativa, apresentam consonância com as diretrizes de parcerias estratégicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Apesar dos avanços identificados, a integração da internacionalização ao ODS 17 ainda se apresenta de forma limitada, uma vez que a Agenda 2030 e os ODS são mencionados de maneira pontual, restritos ao capítulo dedicado à sustentabilidade ambiental, sem uma articulação mais ampla com as diretrizes de internacionalização. Também foram identificadas lacunas importantes, como a ausência de estratégias voltadas à promoção da cooperação Sul-Sul e a carência de metodologias de avaliação que permitam mensurar, de forma precisa, o impacto das ações de internacionalização em relação aos ODS.

A articulação entre a internacionalização e as políticas institucionais de desenvolvimento sustentável mostrou-se insuficiente. Observa-se também a ausência de metas e ações específicas voltadas à capacitação internacional e ao incentivo à pesquisa em áreas prioritárias, como tecnologia, sustentabilidade, saúde e educação, com foco em temas de interesse comum entre países em desenvolvimento.

A análise concentrou-se exclusivamente no PDI 2020–2024 do IFPB, o que pode ter restringido a compreensão da integração entre internacionalização e ODS 17 em outras dimensões institucionais, como práticas cotidianas de gestão, projetos de extensão e atividades de pesquisa.

Por fim, o estudo sugere a elaboração de um PDI com abordagem mais integrada, que considere o papel da internacionalização na promoção do desenvolvimento sustentável em suas diversas dimensões. Isso implica a necessidade de incorporar de forma explícita os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 17, nas diretrizes e estratégias de internacionalização, garantindo que esses princípios estejam presentes em todos os macroprocessos institucionais.

Referências

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030*. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARVALHO, S. B. R. de; ARAÚJO, G. C. de. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação superior* (Campinas), v. 25, n.1, p. 113-131, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/QrmFmDCs45s3s75TsMLCR3q/>. Acesso em: 16 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100007>.

CHRIST, G. D.; PIFFER, M. Rumo à sustentabilidade: uma análise da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em Instituições de Ensino Superior. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., 2022, on-line. *Anais [...]*. On-line: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/7e6ff0205749bc6025b51155e26f6ced.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FRANKLIN, L. A.; ZUIN, D. C.; EMMENDOERFER, M. Processo de internacionalização do ensino superior e mobilidade acadêmica: implicações para a gestão universitária no Brasil. *Revista Internacional de Educação superior*, v. 4, n. 1, p. 130-151, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650831>. Acesso em: 29 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650831>.

GT AGENDA 2030. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

HUDZIK, J. K. *Comprehensive Internationalization: From Concept to Action*. Washington, D.C.: NAFSA: Association of International Educators, 2011. Disponível em: https://commission.fiu.edu/helpful-documents/global-education/2011_comprehen_internationalization-hudzik.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). *Resolução n.º 40*, de 07 de agosto de 2019. Convalida a Resolução-AR n.º 19, de 24/04/2018, que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-cs-no-40-politica-de-internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*. João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>. Acesso em: 08 fev. 2025.

KNIGHT, J. *Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios*. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo: Oikos, 2020. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Internacionalizacao%20da%20educ%20superior%20-%20JANE%20KNIGHT%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>.

MOROSINI, M. C.; NEZ, E.; WOICOLESCO, V. G. A mobilidade acadêmica e as redes colaborativas Sul-Sul: o caso da UNILA. In: LUCENA, S.; NASCIMENTO, M. B. C.; BOA SORTE, P. (org.). *Espaços de aprendizagem em redes colaborativas na era da mobilidade*. Aracaju: EDUNIT, 2020. p. 332-357. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/19822>. Acesso em: 16 fev. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2025.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyqxggqDWy8gct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2025.

RANGEL, M. L. N. O Movimento da Educação superior, internacionalização: tendências e desafios. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 2, p. 7874-7881, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/6983/6130>. Acesso em: 01 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-190>.

STALLIVIERI, L. *Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN). *Como começar com os ODS nas Universidades*. Sustainable Development Solutions Network, 2018. Disponível em: https://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/Como-comecar-com-os-ODS-nas-Universidades_18-11-18.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

WIELEWICKI, H. G.; RUBIN-OLIVEIRA, M. Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 18, n. 67, p. 215-234, 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v18n67/v18n67a03.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200003>.